

A construção social da voz

RESUMO

A voz é imprescindível para os enunciados verbais. Os discursos, não escritos mas falados, requerem orquestração fonética. Já as atividades de consciência não manifestas constituem comunicação intrapessoal e dispensam a oralidade. A voz interior não nos interessa. A voz que pode ser percebida pelo *outro* possibilita a comunicação da consciência com o mundo que lhe é exterior. Faculta, a qualquer interlocutor, a exposição auditiva ao discurso. Faz deste último um fenômeno.

ABSTRACT

This text discusses the role of the voice in the process of communication between the subject and the exterior world.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

- Voz (*Voice*)
- Comunicação (*Communication*)
- Subjetividade (*Subjectivity*)

A VOZ PARTICIPA da comunicação entre o mundo e a consciência. Naturalmente, há formas de manifestação subjetiva, reveladoras de um estado do espírito, que não requerem o uso da voz. Olhares, gestos, desenhos, pinturas, esculturas, composições musicais são exemplos de manifestações que se objetivam sem o seu emprego. A voz é imprescindível para os enunciados verbais. Os discursos, não escritos mas falados, requerem orquestração fonética. Já as atividades de consciência não manifestas constituem comunicação intrapessoal e dispensam a oralidade. A voz interior não nos interessa. A voz que pode ser percebida pelo *outro* possibilita a comunicação da consciência com o mundo que lhe é exterior. Faculta, a qualquer interlocutor, a exposição auditiva ao discurso. Faz deste último um fenômeno.

A voz tem a mesma origem - social - da palavra que objetiva. Enquanto signo privilegiado, a palavra só pode integrar um enunciado num momento discursivo porque foi anteriormente percebida. A consciência vocabular - como qualquer outra forma de representação do mundo - é constituída ao longo de experiências, de encontros. Encontros no mundo. Encontros com pessoas. Com um mundo social. Esses encontros são condição de relações intersubjetivas, socializadoras, e fornecedoras de matéria-prima semiótica para o trabalho do espírito.

Esses encontros - que seriam outros, fosse outra a existência e a trajetória no mundo - convertem seus protagonistas em receptores de mensagens - que também seriam outras, fossem outros os encontros. Essas mensagens são constituídas por determinadas palavras - que poderiam também ser outras e que passam a integrar um repertório simbólico. Daí a capacidade, socialmente orquestrada, para representar o mundo. Dependente da singularidade dos encontros, dos interlocutores, dos instantes

Clóvis de Barros Filho

ECA-USP

Felipe Lopes

ESPM

Fernanda Belizário

ECA-USP

e locais de interlocução.

Todo discurso é um fluxo em circulação numa teia de relações sociais onde enunciadores e enunciatários se sucedem. Nunca há, nessa sucessão, simples reprodução. O sujeito não reflete puramente o mundo social em que está inscrito. Nem o que é dito nele. A cada construção de um novo enunciado, rearticula-se - de forma inédita - um material semiótico. A enunciação, como qualquer ato, é singular. Quer pelo sujeito que enuncia - que é único -, quer pelo instante da enunciação - que é irrepitível. Assim, outro enunciador faria diferente. E também distintamente enunciaria o próprio sujeito, em qualquer outro instante. Afinal, seria outro presente. Outro mundo. Absolutamente inédito em relação ao anterior. Que não é mais. A não ser transformado, nesse outro presente, por esse outro sujeito. Que portanto nunca mantém, nunca reproduz, nunca reflete - no seu sentido ótico. Mas transforma, recria, refrata¹.

Um presente sempre outro, absolutamente outro. A cada instante. Mas carregado de memória. Memória presente do passado². Passado reconstruído, convertido em memória. Reconstrução do passado, pelo sujeito, no presente. É no presente que se produz o passado. É no presente que se produz tudo. E como tudo é presente, presente é causa de si³. Não pode ser causado, ou determinado, por nada além dele próprio. Por isso imprevisível. Por isso inédito, irrepitível.

Desta forma, o passado não age sobre o presente, como se imagina. Porque não há ação no passado. Porque não há nada no passado. Porque o passado não é. Só é enquanto presente, porque só o presente é. O passado não convertido em memória não é. Não é mais. Assim, a refração - que nunca conserva - pressupõe um objeto a refratar, uma matéria-prima presente sobre a qual agir. Signos enunciados e recebidos no passado, reconstruídos em ato, no presente. Atualizados. Refração é atualização criativa. Uma potência atualizada, que ganha forma, no instante. Enunciar um discurso é sempre

atualizar uma potência discursiva. Dar uma forma, em detrimento de outras possíveis.

Para isso, a voz. Potência fonética atualizada. Comumente estudada em cursos de fonoaudiologia, está institucionalmente vinculada, enquanto objeto de pesquisa, à biologia. Imputa-se, no senso comum, qualquer manifestação vocal a causas de ordem orgânica. Esta tendência se acentua em situações patológicas, quando a manifestação vocal observada é entendida como desviante. A tese do determinismo biológico ganha força com o argumento de que o emprego desta ou daquela qualidade vocal não é produto de uma orquestração consciente, de uma decisão ponderada, racional, mas é fruto de uma prática que se impõe ao *cogito* e relativamente estável.

Um dos principais obstáculos para o conhecimento dos fatos sociais é o naturalismo. Conjunto de teorias que consiste a considerar manifestações culturalmente definidas como fenômenos "naturais". Explicam-se, assim, as práticas e os comportamentos humanos invocando sistematicamente uma natureza humana com propriedades - físicas, intelectuais e afetivas - imutáveis e universais. Essas propriedades estariam invariavelmente presentes em todos os indivíduos da espécie humana. As variações destas propriedades, como as variações de voz, e suas anomalias, também só são explicáveis biologicamente. Um ótimo exemplo desta tendência naturalista é a diferença sexual entre homem e mulher em relação à construção social da masculinidade e feminilidade⁴. Nesta tendência também está inscrita grande parte da doutrina sobre o uso da voz.

Não havendo, no cotidiano, por parte de quem fala, deliberação consciente para o emprego da voz, a busca de suas causas encontrou porto seguro na hereditariedade, nas conformações topológicas do aparelho fonador e nas características anatomofisiológicas deste aparelho. Sempre pareceu mais observável, estudável e comprovável do ponto de vista científico a incidência deste tipo de variável como causa eficiente

desta ou daquela manifestação vocal. Com isso, ao longo da produção científica em fonoaudiologia, ficou relegado ao quase esquecimento a voz como aprendizado, como produto de socialização. Praticamente inexistem as análises sobre o uso social da voz.

Essa tendência encontra explicação na análise - propriamente sociológica - das relações que constituem o campo social dos fonoaudiólogos⁵. A aproximação - de objetos e métodos de pesquisa - das chamadas ciências duras confere ao fonoaudiólogo, ainda em busca de singularidade identitária, uma legitimidade que a "culturalização" da sua produção científica seguramente não conferiria. Desta forma, o recurso freqüente ao jargão médico (tratamento, paciente, internação, diagnóstico), a uma indumentária imaculada e alva, a uma categorização do saber entre as áreas ditas biológicas, a incidência das mesmas nas disciplinas de seus cursos, a proximidade física com os alunos dessas áreas nas universidades e dos livros nas bibliotecas são alguns recursos simbólicos que dão visibilidade a essa estratégia de autodefinição profissional e de adequação ao estereótipo do cientista.

Tudo contribui para uma ilusão. Ilusão que confunde uma simples condição - orgânica - de emissão de sons com a integralidade das causas que agem sobre o fenômeno. Limitar a fonoaudiologia aos órgãos de produção de sons é participar estrategicamente, com maior ou menor consciência, da luta social pela definição do saber legítimo sobre ela. Ilusão decorrente de uma forma de dominação que, como toda dominação simbólica, será tanto mais eficaz quanto menos percebida como tal. Ilusão que faz do próprio objeto de investigação uma premissa indiscutível. Por dominantes e dominados. Sem cínicos nem ingênuos. Ideologia compartilhada. Biologismo presumido. Assim, as teses alternam entre a exaltação das causas orgânicas e as "impostações" deliberadamente decididas como recurso persuasivo. A manifestação vocal seria determinada ora por um atributo do aparelho fonador, ora por uma decisão de vontade.

Essa decisão, por sua vez, seria tomada em função, de um lado, das condições objetivas da manifestação (local, distância do interlocutor, sua posição social, situação da interlocução) e, de outro, dos fins, dos objetivos que o enunciador busca alcançar por meio do discurso.

No entanto, além do esporádico cálculo consciente - locutor profissional - e das causas biológicas, o uso da voz advém de um aprendizado. Por mais espontâneo que pareça, esse uso exige adequação às situações de existência social. Desta forma, a voz é regulada pela sociedade. É objeto de socialização. Em outras palavras, o uso da voz produz efeito, afeta as relações. Pode, em caso de inadequação, produzir dano. Há, portanto, normas sociais que condicionam seu uso. Normas que compreendem sanção, se infringidas. Normas que autorizam coação.

Dado que a infração decorrente de um uso inadequado da voz produz danos tidos, quase sempre, por irrelevantes pelo mundo jurídico, cabe a pergunta: qual a natureza da sanção - autorizada pela infração - da norma que regula este uso? O tipo de punição para quem infringe uma norma fonética é, na grande maioria das vezes, social. Um olhar de repreensão. Uma desaprovação verbal. Ou até um simples "psiu!", acompanhado de um dedo indicador verticalmente colado aos lábios. O uso da voz é, no mais das vezes, questão de polidez - ginástica da expressão⁶ -, simulacro de virtude, ou talvez, condição para encontrá-la. Difícil identificar virtude em alguém que vocifera.

Ao entrar numa igreja, num velório ou numa biblioteca, as pessoas que se submetem a determinado aprendizado social tendem a usar a voz de uma forma determinada sem necessidade de deliberação consciente (cálculo) sobre este uso. A não observação desta regra social, que já deveria ter sido objeto de interiorização, costuma ensejar punição social sob forma de advertência. O uso inadequado da voz, mesmo não tendo sido objeto de uma deliberação consciente e, portanto, dolosa, configura-se

em transgressão de norma social.

Dito isto, fica evidente que a natureza dessa espécie de sanção não pode ser moral. A moral é um dever ser que imputamos a nós mesmos. É um imperativo. Mas colocado a nós mesmos, por nós mesmos. Nunca pelo outro. Portanto, para que um ato seja objeto da moral, é necessário ser livre. Em relação ao outro, ao menos. No caso de um possível uso inadequado da voz, há um constrangimento que vai além da própria consciência. Há o medo de uma punição social. De um provável isolamento. Não fofocamos alto, pois tememos retaliações, se escutados por bisbilhoteiros. Somos, neste caso, constrangidos pelo outro.

O que exclui um possível julgamento moral. Está fora de seu campo. Esse que não pode ser o da comunicação intersubjetiva. Afinal, essa sempre pressupõe o outro. E todas as pequenas punições que esse pode nos impor. A moral, assim, só pode estar no campo da comunicação intra-subjetiva. A essa, o outro não tem acesso. Não pode nos punir. Só nossa consciência pode. Só ela para nos constranger. Talvez, torturar. Mas nunca o outro. Aqui, somos heterônomos. Não somos subjugados por ninguém. A não ser por nós mesmos. Mas somos o resultado de nossos encontros com o mundo, com o outro... a consciência vem de fora....

O uso da voz obedece a um processo de socialização, isto é, a mecanismos de transmissão de valores e de normas necessárias à integração dos indivíduos, para que possam ocupar posições em seus universos sociais. O uso adequado da voz, em função do espaço, posição e situação social do agente, "faculta o desenvolvimento de uma consciência coletiva"⁷ e permite "às formas sociais de se manter"⁸.

Mas por que o uso vocal é invariavelmente entendido como espontâneo, apenas determinado por uma topografia orgânica? Por que a voz não é, no entendimento comum dos incautos, um objeto de modulação cultural? Por que se ignora - ou pelo menos não se considera - a voz como condição de pertencimento social, de civilidade? Por que

o diagnóstico de eventuais anomalias exclui de ofício encontros infelizes e já vividos com o mundo social? Como explicar a dificuldade em identificar a construção social da voz?

Impossível estudá-la sem considerar um campo social de produção de manifestações vocais e de definição de suas normas (I). Normas respeitadas com tal frequência que acabam - em quase todas as situações de fala - dispensando cogitação. Normas respeitadas mas esquecidas, enquanto normas. Normas transmitidas. Normas incorporadas, não inatas que constituem um verdadeiro *habitus* vocal (II).

I Voz e campo social

Propomos, de um lado, que qualquer reflexão sobre voz é indissociável do espaço social - em que é forjada, ao longo de uma história - que abriga as relações sociais objetivadas em manifestações vocais (1). De outro, que a voz definida nesse espaço não é instrumento ou veículo, mas integra a mensagem, participa do seu sentido (2).

I.1 Espaço de manifestação vocal

A manifestação vocal não é uma produção puramente individual. Toda emissão vocal objetiva uma tomada de posição num espaço específico de relações. A noção de campo existe para designar esse espaço, que guarda em relação a outros uma autonomia relativa. Dotado de regras próprias e troféus específicos, todo campo guarda com o todo social pontos de interdependência. Assim, os campos jurídico, político, jornalístico, literário, publicitário e outros.

Os campos sociais, portanto, devem ser entendidos como conjunto organizado, onde as posições se definem umas em relação às outras. Essa interdependência de posições e distâncias entre as posições nos autoriza a pensar um espaço social segundo uma lógica sistêmica. São espaços de um

jogo específico cujas características só são plenamente compreendidas pelos seus jogadores. Mas que também se inscrevem num espaço social maior, num campo dos campos. O uso legítimo - socialmente autorizado - da voz também é, em parte, definido singularmente em cada campo e, em parte, apreendido em qualquer outro tipo de relação social. Assim, podemos tanto falar de um uso vocal socializado na família² quanto definido - ou imposto - por uma classe social, como um jeito aristocrático, burguês ou operário de falar. Desta forma, enquanto sistema de posições sociais definidas reflexivamente, todo espaço social pressupõe posições complementares: comandantes e comandados, vedetes e obscuros, vencedores e derrotados, ricos e pobres etc.

Essas oposições consagradas terminam por aparecerem inscritas na natureza das coisas. No entanto, qualquer exame crítico, ainda que superficial, sobretudo se armado com o conceito de campo, nos leva a descobrir que, com muita frequência, cada uma das oposições e tomadas de posições - muitas vezes objetivadas pelo uso da voz - não tem conteúdo algum fora da relação com a posição antagonica, em relação a ela. Em muitos casos, toda interpretação de um certo uso da voz só representa a inversão racionalizada de outro uso.

É esse sistema de posições e distâncias sociais que define qualquer manifestação, inclusive as que implicam o uso da voz. Essa manifestação é sempre um compromisso, um ajuste entre um interesse em manifestar e uma censura constituída pela estrutura do campo. Esse ajuste é um trabalho de eufemização, podendo levar ao silêncio - não voz -, limite da censura. Respeita-se um equilíbrio entre como se pretendia dizer e como se poderia dizer. Esse equilíbrio também vigora em relação ao que se diz, ao que se faz, ao que se insinua gestualmente num espaço social estruturado de relações.

Isto significa que a compreensão do uso vocal de um agente engajado num campo - um economista, escritor, profissional da política - depende da identificação

da posição que ele ocupa neste campo, do lugar de onde ele fala. "Essa identificação supõe que tenhamos feito previamente o trabalho necessário de reconstrução das relações objetivas que são constitutivas da estrutura do campo em questão - ao invés de considerar apenas o lugar que ocupa no espaço social global"¹⁰.

Assim, isolar uma manifestação vocal da situação de sua produção, do espaço social e das posições sociais em relação às quais se manifesta é não ter entendido nada sobre a voz em vida, em funcionamento, em dinâmica. Esse ponto de vista relacional permite corrigir equívocos nominalistas que fazem crer na existência de uma posição social (um papel, um posto, uma função, um cargo, um emprego de voz etc.) por ela mesma, independentemente das posições que lhe são complementares e que definem reflexivamente seus limites no espaço.

Esse nominalismo essencialista também cristaliza as posições sociais, as tomadas de posição e seus sinais externos. Toda voz só será de comando ante outras de subalternos. São absurdos os critérios objetivos que permitam imaginá-la em si mesma. O discurso do diretor, do general, do chefe de obra ou do editor numa redação em sua objetivação vocal está submetido à sempre dinâmica relação de forças e à permanente redistribuição de capital em circulação no espaço social em questão.

A distância em metros afeta de certa forma o uso da voz. Inútil e inadequado gritar para alguém posicionado imediatamente ao lado e necessário para fazer-se ouvir por alguém mais distante. A distância social, que também determina o emprego vocal, não se confunde com a anterior. A proximidade física pode vir acompanhada de um abismo social. Desta forma, o uso da voz se ajusta por *habitus* às distâncias entre os interlocutores, mas também ao sentido que se pretende atribuir à enunciação. Afinal, a voz não é mero instrumento que empacota formalmente um enunciado. Voz não é veículo porque é mensagem, é parte integrante da manifestação verbal.

1.2 Voz e sentido

Voz é enunciado porque permite, por parte do interlocutor, certa atribuição de sentido. O receptor a enquadra em um repertório de vozes, isto é, classifica e categoriza uma determinada voz em um repertório vocal aprendido e incorporado ao longo de uma trajetória singular de percepções vocais. Este repertório permite, por contraste, que a voz participe da atribuição de sentido.

Por que “por contraste”? A voz percebida no instante é contrastada com um conjunto de referenciais vocais disponibilizados no momento da percepção. Deste contraste decorre a aproximação semântica do que foi ouvido em relação a este ou aquele referencial, já significado. Inversamente, dá-se um distanciamento da voz percebida com outros referenciais igualmente significados. Decorre deste trabalho lógico de significação a atribuição de sentido a qualquer mensagem ouvida. Fica claro que a voz compõe com o que é dito uma unidade de mensagem que, enquanto tal, permite a um receptor a atribuição de certo sentido. O melhor exemplo desta interdependência semântica é a voz que nega - por ironia - uma afirmação qualquer.

Esta unidade de sentido - *o que é dito e como é dito* - também é indissociável de um terceiro elemento: o enunciador, *quem diz*. Certas palavras, ditas por alguém, através de uma manifestação vocal específica constituem, ante um receptor, um fenômeno, uma mensagem percebida. Associa-se ao que é dito e como é dito, mais do que uma simples pessoa, circunstancialmente com a palavra, a posição social por ela ocupada. Vozes associadas a porta-vozes e consequentemente à posição social que ocupam.

Identificada a posição social ocupada por um determinado enunciador, é legítima a expectativa de um certo emprego vocal. O contrário também se verifica: dedução da posição social do porta-voz a partir da voz percebida. Isto só é possível porque qual-

quer tomada de posição, observável porque objetivada em manifestações diversas, define distâncias entre as posições sociais que estruturam este ou aquele espaço social.

Desta forma, estas manifestações, quando determinadas por certo emprego vocal, indicam, num universo social específico, aproximações ou distanciamentos, semelhanças ou diferenças, posições que se deslocam redefinindo-o e atualizando-o. Sendo assim, a transgressão vocal nunca é universal. Postulam-se, nas relações específicas a cada universo social, os limites autorizados do uso da voz. O que é inaceitável num determinado espaço de relações pode ser entendido por absolutamente normal em outro.

Além desta singularidade de cada campo, os agentes sociais não estão, dentro de um mesmo espaço de relações, igualmente autorizados a servir-se de seus recursos vocais. A legitimidade do porta-voz pode autorizá-lo a uma empostação herética, transgressora, certamente punida em outro enunciador. Assim, uma *prise de parole* de um certo agente num espaço social de relações objetiva-se num certo uso vocal, socialmente discriminante e discriminado, que indica e é autorizado pela posição social que ocupa.

Desta forma, o mesmo grito pode ser mandamento eficaz ou traço de histeria. Desabafos uivados podem produzir efeitos de múltiplas naturezas. Depende do emissor. Da posição que ocupa. Do capital social que disponibiliza e que lhe foi conferido em suas relações. A legitimidade para o destempero vocal - a autorização para o berro -, como tudo que decorre de um capital social, é desigualmente distribuída entre os agentes de um campo. Sempre conferida a alguns poucos, em detrimento de uma grande maioria escalada para ouvi-los. Assim, o uso autorizado da voz reproduz e objetiva uma certa relação de forças, uma certa distribuição de poder. Confere legitimidade às relações de dominação e à sociedade certa inércia de poder.

Esta tendência inercial, que assegura

alguma “ordem social” pela estabilidade relativa das relações nos distintos campos sociais e entre eles, se deve à freqüente incompatibilidade entre o interesse subversivo de um agente dominado no campo e as condições materiais de subversão. Assim, a situação de dominado que, de um lado, enseja a adoção de uma estratégia subversiva, desautoriza o agente, retirando-lhe a prerrogativa de porta-voz legítimo, isto é, socialmente apto a manifestar-se¹¹. Inversamente, esta posição de porta-voz autorizado, que pressupõe importante capital social específico, é incompatível com um eventual interesse subversivo.

Neste caso, toda proposta de mudança aparente, como eventuais gestos de desprendimento e uso desregrado da voz por parte de um dominante, visa a assegurar ou reforçar sua posição de dominação. Essa tendência inercial, garantida por mecanismos de reprodução da distribuição dos capitais sociais, será tanto menos questionada quanto mais naturais parecerem as posições e as distâncias sociais, dominantes e dominadas, que estruturam o espaço. Assim, além das estruturas objetivas do campo e lutas que têm por objeto estas estruturas, processos de socialização/subjetivação - próprios a cada campo - fazem surgir nos agentes, pela observação de ações e valorizações que se repetem, disposições a agir desta ou daquela forma - *habitus* -, sem que a discussão das causas últimas das regras de funcionamento do campo seja cogitável. São maneiras de ser - e de falar - aparentemente permanentes, mas certamente duráveis, adquiridas e incorporadas ao longo de toda a trajetória social e que podem se ajustar, com maior ou menor precisão, às exigências de um universo específico. A aquisição alhures de *habitus* incompatíveis com esse universo condena o agente a estar sempre defasado, mal colocado, deslocado, mal na sua pele. Ante a incapacidade de identificar a causa social do desajuste, costuma-se associá-lo a incompatibilidades de essência: “Definitivamente, isto não é para mim”.

Habitus incompatíveis com exigências de um campo determinado desautorizam um enunciador potencial a manifestar-se. Desta forma, a legitimidade para falar de uma certa forma é reconhecida pelo universo social específico em que se manifesta. Em cada universo social adquire-se, nas suas relações, não somente uma maneira autorizada de falar, de usar a voz, mas também um saber prático incorporado, um *habitus* de locução.

II **Habitus vocal**

Destacamos até aqui a aptidão dos agentes para se orientar “espontaneamente” num determinado espaço social e a manifestar-se, de maneira mais ou menos adaptada, aos acontecimentos e situações nele inscritos. Isto é possível porque todo campo exerce sobre seus membros uma ação pedagógica multiforme fazendo-lhes adquirir saberes práticos indispensáveis a um pertencimento ajustado e a um domínio das lógicas de posicionamento reflexivo.

Todo *habitus* - e o *habitus* vocal não se discrimina - é um tipo de saber prático, ou seja, de conhecimento voltado para ação, para a *praxis*, para o uso efetivo da voz. Assim, dada certa situação social concreta, em que o uso da voz é exigido, esta *praxis* pode ser precedida de cálculo, de reflexão consciente com base em efeitos presumidos e fins a alcançar. Numa entrevista de emprego é, quase sempre, recomendável falar com firmeza para demonstrar segurança. Nem sempre, no entanto, esse cálculo é necessário. A observação repetida de situações desta natureza, constatadas como análogas, pode produzir no agente social uma reação - de manifestação vocal - espontânea, não refletida. Em suma, nem sempre esse saber prático vocal é conscientemente apreendido e aplicado. Isto porque a observação de uma seqüência de ação gera, espontaneamente, expectativa desta seqüência.

Contrariamente, deficiências de socialização, objetivadas num aprendizado

imperfeito do uso socialmente autorizado e esperado da voz nesta ou naquela situação de fala, acarretam a formação de um *habitus* vocal incompetente para oferecer ao orador soluções prontas de modulação vocal às múltiplas situações de *praxis* discursiva que a ele se apresentarem. Fica claro que o uso indevido da voz não indica um problema moral mas pedagógico, isto é, de socialização, de aprendizado de regras sociais.

Como observa Deleuze, “a imaginação contrai os casos, os elementos, os instantes homogêneos e os funde numa impressão qualitativa interna de um certo peso”¹². Assim, a inculcação consiste em suscitar em um agente determinado, dadas certas condições objetivas, uma disposição geral e fundamental a reproduzir certo tipo de prática. Toda ação pedagógica da socialização - como o aprendizado social do uso da voz - visa a inculcar, o mais profunda e duravelmente possível, através de comportamentos empíricos precisos, singulares, uma atitude, isto é, um certo tipo de relação global com o outro que, uma vez interiorizada, vai suscitar - toda vez que determinadas condições objetivas se apresentarem - um certo tipo de comportamento.

Como se dá este aprendizado e por que ele gera comportamento vocal dispensando cálculo? Dada determinada situação social, isto é, uma vez inserido o agente vocal em uma relação social singular, o emprego da voz se fará “automaticamente”. A variável social observada induz este ou aquele uso da voz sem que este nexos de causalidade seja conscientemente percorrido pelo locutor. O respeito às regras sociais de emissão vocal dispensa análise dos efeitos eventuais de outras emissões possíveis. Assim, a norma social hipotética - se A (situação) é, B (manifestação vocal) deve ser (pode não ser) - é respeitada sem ponderação sobre a hipótese. A automatização do respeito pelo hábito converte a norma moral em norma física: se A (situação) é, B (manifestação vocal) também é (só pode ser).

Como se produz este efeito? Destaca-

mos, num primeiro momento, a voz - associada em seqüência a outros elementos de interlocução (1) - e, na seqüência, o uso da voz como síntese passiva socialmente produzida (2).

II.1 Voz: seqüência associativa

Qualquer ação, como tudo que é observável, isto é, perceptível pelos sentidos (fenômenos), conserva em relação a uma outra ação, dentro do paradigma empirista em que nos encontramos, rigorosa independência. Isto porque nenhuma operação hermenêutica (nexo axiológico, aproximação, distanciamento, oposição, etc.) pode condicionar a existência de um fenômeno a outro. A própria causalidade, despida de qualquer vínculo ontológico, se resume ao hábito da ocorrência de uma seqüência, permanentemente refutável.

Tal saber prático não se restringe à voz, mas estende-se a outros tipos de manifestação. Tipificamos as seqüências gestuais de um cumprimento entre jovens, com dois beijos antecidos por um duplo meneio de tronco em repetições AA, AA, AA, AA,... Como já destacamos, cada unidade de qualquer seqüência é independente das demais. Isto porque um ou outro beijo, individualmente considerado, não pode mudar em nada “o estado de coisas AA”¹³.

No entanto, uma mudança se produz junto ao observador, junto ao “espírito que contempla”¹⁴ as seqüências, isto é, os múltiplos cumprimentos. Quando o primeiro A se produz, - no nosso exemplo, o primeiro beijo após a aproximação de dois jovens - o observador (ou qualquer um dos agentes da cena) espera o segundo A, isto é, o segundo beijo. Neste momento, a repetição se objetiva no sujeito, na expectativa de seqüência. Esse ritual de gestos seqüenciados só é percebido como apreendido e, portanto, como arbitrário¹⁵ quando há erro, ruptura de expectativa, dissonância. É o caso de um cumprimento com dois beijos em alguém que espera um terceiro.

Observe-se que nem sempre os elementos constitutivos de uma série de repetição são da mesma natureza AA - como no exemplo dos dois beijos. As pesquisas em microsociologia, servindo-se da etnometodologia, e em comunicação interpessoal vinculam a relação da distância entre dois corpos em diálogo com inúmeras variáveis como a temática discutida, a posição social dos interlocutores - por definição reflexiva, isto é, uma em relação à outra -, o local da aproximação, a intensidade e frequência da voz, etc.

Assim, uma aproximação de cadeiras ou da boca no ouvido do interlocutor (A) é, via de regra, associada a uma temática mais íntima (B) e a uma modulação de voz adequada às duas variáveis anteriores (distância e intimidade). Desta forma, como no caso do beijo, a ocorrência de (A) gera a expectativa, não refletida, da superveniência de (B) e de (C). Da onde vem o uso e a expectativa do uso da voz (C)? Da socialização da voz. De um aprendizado por observação repetida. Assim, a repetição diária, inerente à certa produção vocal, ensina ou talvez force a inculcação de associações entre a voz e qualquer outra manifestação verbal ou não-verbal que se naturalizam, enrijecem-se, cristalizam-se. Aprendizado *sui generis* porque dispensa reflexão.

Da mesma forma, a distância mantida entre duas pessoas raramente é objeto de cálculo explícito. Este só se faz necessário ante o relativo ou, mais raramente, o absoluto ineditismo da situação. Assim, quase sempre, a repetição de aproximações análogas permite adequação topográfica, de distância de corpos, a vários tipos de temas, locais e posições sociais dos interlocutores.

Manifestações vocais também exemplificam essa seqüência de tipo AB: assim, um certo timbre pode ser associado a uma pessoa - o que permite a identificação de quem fala só através da voz, sem nenhum flagrante visual. Essa identificação, que chamamos de *direta*, é possível em função de simples experiências análogas anteriores. Ouço *n* vezes um certo timbre acompanha-

do do mesmo enunciador. Na ocorrência do mesmo timbre, posso antecipar, associá-lo diretamente a quem está falando.

De que forma as seqüências da realidade, constatadas pelo observador, dispensam cálculo, permitem antecipações, geram reações? Hume já explicava que casos idênticos ou comparáveis, quando constatados na observação, fundem-se na imaginação. Experiências análogas, na medida em que são flagradas sensorialmente, sobrepõem-se, perdem a sua singularidade, fundamentam indutivamente categorias que, uma vez definidas, dispensam fundamento, dão sustentação empírica a esquemas genéricos de classificação do mundo que por serem a trajetória objetivada no instante aniquilam a trajetória enquanto seqüência. Assim, no instante do segundo beijo, como quando ouvimos sem ver o interlocutor, manifesta-se, sem pensar e mesmo não querendo, uma história de experiências semelhantes.

Algumas empostações podem ser associadas a certas categorias sociais: sexo, profissão, idade, etc. Assim, por exemplo, ante uma manifestação identifica-se um tom professoral, independentemente do que é dito. Essa associação difere da anterior. Dadas *n* experiências distintas, audição do professor A, B, C e outros, opera-se uma abstração por semelhança que autoriza a criação de um esquema vocal professoral. Esse esquema é aplicável a qualquer professor cuja enunciação lhe seja próxima. Há, portanto, entre a experiência direta e a associação com a categoria social a que supostamente pertence o enunciador um mediador, um esquema vocal abstrato. Por isso denominamos esta associação de *indireta*, ou *mediada*.

Neste caso, na medida em que as experiências concretas, pontuais, repetem-se, acumulam-se, os traços por elas deixados se sobrepõem, combinam-se, reforçam-se, interiorizando-se sempre mais profundamente e transformando-se em disposições gerais. Assim, repetindo uma série de experiências ou de comportamentos particulares, adquire-se progressivamente uma aptidão e uma inclinação a agir, a falar, a usar a voz desta

maneira em detrimento de outra, em todas as situações particulares que se aproximarem daquelas em que se efetuou o aprendizado.

Esta adequação não é memória, nem entendimento: a contração, que permite a tradução de um aprendizado contínuo num saber prático instantâneo e gerador de comportamento não é uma reflexão e sim uma síntese do tempo, de uma trajetória num instante. Neste ponto, tempo, trajetória e *habitus* se tangenciam.

II.2 Voz: síntese passiva

Os múltiplos momentos de experiências de ações repetidas e independentes entre si se condensam, comprimem-se, fundem-se num só instante, numa só expectativa, numa só disposição vocal. Um instante de atualização de potências, de redução das contingências, de tangência entre a contração do vivido, experimentado e observado ao longo de uma trajetória de experiências vocais e a enunciação. Por que atualização de potências e redução de contingências?

Observamos que o *habitus* vocal, enquanto saber prático interiorizado, resulta de uma compactação das múltiplas experiências de observação vocal (própria e de terceiros) na trajetória do indivíduo, nas também múltiplas situações de ação. Isto significa que este saber prático decorre de um forte determinismo e singularidade fática, ou mais precisamente, singularidade de percepção do fato.

Assim, fosse outra a trajetória do indivíduo, outra a sua percepção do mundo e suas vozes, também outro seria seu *habitus* vocal. Desta forma, a trajetória vocal singular - entendida como toda polifonia percebida numa determinada seqüência - de um indivíduo exclui, a cada ponto de sua constituição, infinitas "não trajetórias", infinitos espetáculos vocais não percebidos num processo de exposição às vozes do mundo essencialmente seletivo. Daí a atualização - no sentido de ato e de atualidade

- e redução de contingências: o mundo é potencialmente infinito, porque infinitos são os flagrantes perceptivos possíveis.

Essa contração das experiências não é síntese operada pelo sujeito, mas constituinte do mesmo. Assim, observados os critérios de atividade e passividade em função do sujeito, popularizados pelo direito através das categorias de "sujeito ativo" e "sujeito passivo", qualificamos a síntese da trajetória social em um só momento de *passiva*, porque não reflexiva, porque instituidora da subjetividade e, portanto, anterior a ela. Em outras palavras, a síntese passiva é causa eficiente da subjetividade, é instrumento ou processo de subjetivação, não podendo, assim, depender de nenhuma decisão do sujeito, nem ser objeto de seu controle. Ao contrário, impõe-se a ele.

Da mesma forma, a voz também é única no instante. Resultado de um múltiplo aprendizado sobre a adequação de usos de voz e situações sociais específicas, a voz no instante quase nunca exige deliberação consciente sobre seu uso em detrimento de outras vozes preteridas. No instante, o eventual emprego de um cálculo estratégico sobre tipos de voz a utilizar tornaria a fala inadequada (lenta demais) para a manifestação de um pensamento. Em situação de diálogo, a interação imediata das enunciações inviabilizaria qualquer controle consciente da voz.

A voz é um objeto de construção social. É, portanto, socialmente construída ao longo de uma trajetória de modelos de vozes. A construção de uma voz é não intencional e ocorre ao longo de uma trajetória - que não é uma simples somatória de experiências - na qual seus pontos iniciais são definidores dos subseqüentes.

Em alguns casos raros, no entanto, esse cálculo é possível, ou até necessário. Situações, por exemplo, onde o tempo real de fala é substituído por um discurso gravado. Nestes casos, a interação entre o enunciador e o enunciatário não exige a emissão de mensagens intercaladas. Como numa locução publicitária. A voz gravada permite a

escolha entre múltiplas manifestações possíveis. Só a mensagem escolhida será objeto de interação com os múltiplos receptores. O intervalo de tempo entre o momento da enunciação gravada e o da recepção autorizam o emissor a controlar conscientemente a forma vocal da mensagem. Esse controle obedece a uma série de técnicas que indicam quais elementos da voz facilitam a recepção neste ou naquele veículo.

Mesmo nessas situações, o treinamento exaustivo e o emprego repetido de uma ou outra modulação acabam gerando no emissor soluções pré-adequadas a esta ou àquela exigência de enunciação. Como observa Cid Moreira (nosso entrevistado em 22/05/03), “basta colocarem um microfone na minha frente e uma certa cadência de voz surge não sei de onde, independentemente do que eu tenha que dizer”. Podemos, assim, concluir que saber prático e saber calculado são dois pólos, sendo que a locução publicitária se aproxima mais do saber calculado.

Desta forma, constata-se, a título de conclusão, não só o efeito subjetivo produzido pela observação de ações sociais “repetidas”, mas também se avalia a intensidade desse efeito, isto é, da expectativa pela superveniência de um elemento da seqüência gerada pela constatação de seu imediatamente anterior. Assim, o emprego imediato e não refletido desta ou daquela modulação vocal, uma vez constatada uma situação social específica, dependerá de uma socialização específica, isto é, de um aprendizado que faz associar determinada situação a determinada voz sem necessidade de um policiamento consciente ou um controle externo. A estratégia de locução/a voz é o ponto de tangência entre uma prática de locução incorporada em múltiplos espaços sociais possíveis de socialização e a percepção das condições materiais e sociais do instante da locução •

Notas

- 1 Sobre o conceito de refração ler Bakhtin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hicitec, 2003.
- 2 Sobre essa concepção de memória ler Bergson, H. *Matière et mémoire*. Paris, PUF, 1999 (6 ed.).
- 3 Sobre a temporalidade ler Sponville, A-C. *L'être temps*, Paris, PUF, 2000.
- 4 Sobre este tema ler Mead, M. *Mœurs et sexualité en Océanie*, Paris, Terres Humaines, 1963 e Bourdieu, P. *La domination masculine*. Paris, Seuil, 1998.
- 5 Os campos são espaços sociais estruturados de posições sociais. Sobre suas propriedades genéricas ler Bourdieu, P. *Quelques propriétés des champs*, In: *Questions de sociologie*. Paris, Minuit, 1982, p. 113.
- 6 Alain. *Quatre-vingt-un chapitres sur l'esprit et les passions*. Paris, Bibliothèque de la Pléiade, “Les passions de la sagesse”, p. 1243.
- 7 Durkheim, E. *De la division du travail social*. Paris, PUF, 1986, p. 46.
- 8 Simmel, G. *Sociologie et épistémologie*. Paris, PUF, 1991.
- 9 A socialização da voz em família não significa um processo menos estruturado por posições sociais reflexivamente consideradas. Como observa Bourdieu, “a família, se ela deve, para existir e subsistir, funcionar como corpo, tende sempre a funcionar como um campo, com suas relações de força física, econômica e sobretudo simbólica - ligadas, por exemplo, ao volume e à estrutura dos capitais possuídos pelos seus diferentes membros), suas lutas pela conservação ou pela transformação dessas relações de forças (...)”. Bourdieu, P. *A propos de la famille comme catégorie réali-sée*, In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 100, 1999, p. 34.
- 10 Bourdieu, P. *Les usages sociaux de la science: pour une sociologie critique du champ scientifique*. Paris, INRA, 1997, p. 17.
- 11 Assim frases como “quem ele pensa que é para...”, “ele não é ninguém para...”, “ele tá se achando...” revelam essa desautorização.
- 12 DELEUZE, G. *Différence et répétition*. Paris, PUF, 1968, p. 96.

-
- 13 Nos termos de Hume.
 - 14 Nos termos de Hume.
 - 15 O aprendizado social se dá numa trajetória casual e incontrolável por parte do aprendiz.